



EDUCAmazônia, Humaitá - Amazonas, Volume XIX, nº 1, jan-jul. 2026, p. 382-395.

## O RACISMO ESTRUTURAL NO COTIDIANO DE HUMAITÁ – AM

### STRUCTURAL RACISM IN THE DAILY LIFE OF HUMAITÁ – AM

Esle Gomes Nogueira<sup>1</sup>  
Nayemile Lopes Vaz<sup>2</sup>  
Jordeanes do Nascimento Araújo<sup>3</sup>

**Resumo:** O artigo analisa o racismo estrutural no Brasil, rompendo com o mito da democracia racial e definindo-o como uma lógica social que perpetua a exclusão negra e indígena, enraizada na escravidão. No Amazonas, essa estrutura se manifesta de forma interseccional, impactando populações tradicionais e articulando-se com o racismo ambiental. O estudo qualitativo, realizado em Humaitá/AM, entrevistou sete pessoas negras e revelou que o racismo é uma realidade cotidiana e multifacetada, manifestando-se como racismo recreativo (insultos disfarçados de humor), violência simbólica (olhares) e discriminação interpessoal (no trabalho e na vizinhança). Os relatos mostram o sofrimento e a dor causados por essa exclusão, mas também revelam estratégias de resistência que variam da resignação à defesa ativa da dignidade, incluindo o recurso a denúncias legais. A conclusão é que, para superar o racismo na região, é necessária uma transformação profunda das estruturas de poder e a construção de uma sociedade baseada na justiça racial e na equidade.

**Palavras-chave:** Racismo estrutural - Desigualdade racial - Exclusão social

<sup>1</sup> Graduanda do curso de Pedagogia Esle Gomes Nogueira, UFAM-IEAA, [esle.nogueira@ufam.edu.br](mailto:esle.nogueira@ufam.edu.br)

<sup>2</sup> Graduanda do curso de Engenharia Ambiental Nayemile Lopes Vaz, UFAM-IEAA, [nayemile.vaz@ufam.edu.br](mailto:nayemile.vaz@ufam.edu.br)

<sup>3</sup> Professor da Universidade Federal do Amazonas. Campus Vale do Rio Madeira, [jordeanes@ufam.edu.br](mailto:jordeanes@ufam.edu.br)



**Abstract:** The article analyzes structural racism in Brazil, breaking with the myth of racial democracy and defining it as a social logic that perpetuates the exclusion of Black and Indigenous people, rooted in slavery. In Amazonas, this structure manifests itself in an intersectional way, impacting traditional populations and articulating with environmental racism. The qualitative study, conducted in Humaitá/AM, interviewed seven Black people and revealed that racism is a daily and multifaceted reality, manifesting itself as recreational racism (insults disguised as humor), symbolic violence (stares), and interpersonal discrimination (at work and in the neighborhood). The accounts show the suffering and pain caused by this exclusion, but also reveal resistance strategies that range from resignation to the active defense of dignity, including resorting to legal complaints. The conclusion is that, to overcome racism in the region, a profound transformation of power structures and the construction of a society based on racial justice and equity is necessary.

**Keywords:** Structural Racism - Racial Inequality - Social Exclusion



## 1 INTRODUÇÃO

O racismo no Brasil é uma ferida histórica que atravessa séculos e se manifesta de maneira complexa e persistente na sociedade contemporânea. Embora o país tenha se construído sob o mito da democracia racial — uma ideia segundo a qual diferentes grupos étnico-raciais conviveriam harmoniosamente sem conflitos —, a realidade revela um quadro de desigualdades profundas, onde o racismo estrutural opera como mecanismo silencioso e eficaz de exclusão e violência.

O conceito de racismo estrutural segundo Almeida (2019) refere-se à forma como as instituições, normas sociais e práticas culturais reproduzem, de forma contínua, a marginalização da população negra e indígena, mesmo na ausência de atos explícitos de discriminação. No Brasil, essa estrutura molda o acesso à educação, ao mercado de trabalho, à saúde, à moradia e à justiça, impactando diretamente as oportunidades e a qualidade de vida de milhões de pessoas.

As origens do racismo estrutural brasileiro estão intimamente ligadas ao longo período de escravidão — o mais extenso do continente americano — e à falta de políticas reparatórias eficazes no pós-abolição. A abolição da escravatura, em 1888, não foi acompanhada por medidas que garantissem a inclusão social e econômica dos ex-escravizados. Pelo contrário, o Estado brasileiro optou por políticas de branqueamento e apagamento da presença negra e indígena, perpetuando desigualdades que se estendem até os dias atuais. As populações racializadas foram, sistematicamente, empurradas para as periferias urbanas, excluídas dos espaços de poder e submetidas a uma lógica que as associa à criminalidade, à inferioridade intelectual e à subalternidade (Silvio Almeida 2019).

No contexto amazônico, essas questões ganham contornos particulares. Luciana Jaccoud 2009 a região Norte do Brasil, e especialmente o estado do Amazonas, apresenta uma configuração social e racial diversa, marcada pela presença significativa de povos indígenas, populações ribeirinhas, afrodescendentes e comunidades tradicionais. No entanto, essa diversidade não se reflete nas estruturas de poder político, econômico ou educacional. O racismo estrutural no Amazonas opera por meio da invisibilização dessas populações, da negação de suas identidades e saberes, e da exclusão sistemática de seus direitos. A capital Manaus, por exemplo, embora multicultural e marcada por forte presença negra e indígena, ainda revela uma dinâmica de marginalização dessas



comunidades, tanto em termos de representação política quanto de acesso a bens e serviços públicos.

Além disso, o racismo no Amazonas se expressa de forma interseccional, combinando-se com outros eixos de opressão, como a desigualdade territorial, a precarização dos serviços públicos e o descaso histórico do Estado com as regiões periféricas e interioranas da floresta. Essa combinação cria um ciclo de exclusão que atinge de maneira especialmente dura os jovens negros, indígenas e pobres, que enfrentam altos índices de violência, evasão escolar, desemprego e mortalidade precoce Sueli Carneiro (2023).

Dessa forma, compreender o racismo estrutural no Brasil, e mais especificamente no Amazonas, exige uma análise que vá além dos episódios isolados de preconceito explícito. É necessário examinar como as instituições são moldadas por uma lógica racializada, que perpetua privilégios para uns e vulnerabilidades para outros. Este artigo propõe-se a discutir essas dinâmicas a partir de uma perspectiva crítica, analisando dados, discursos e políticas públicas, com o objetivo de contribuir para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária. Afinal, o enfrentamento do racismo estrutural não se dá apenas no campo das ideias, mas por meio da transformação concreta das estruturas que o sustentam.

## **2 MATERIAL E MÉTODOS**

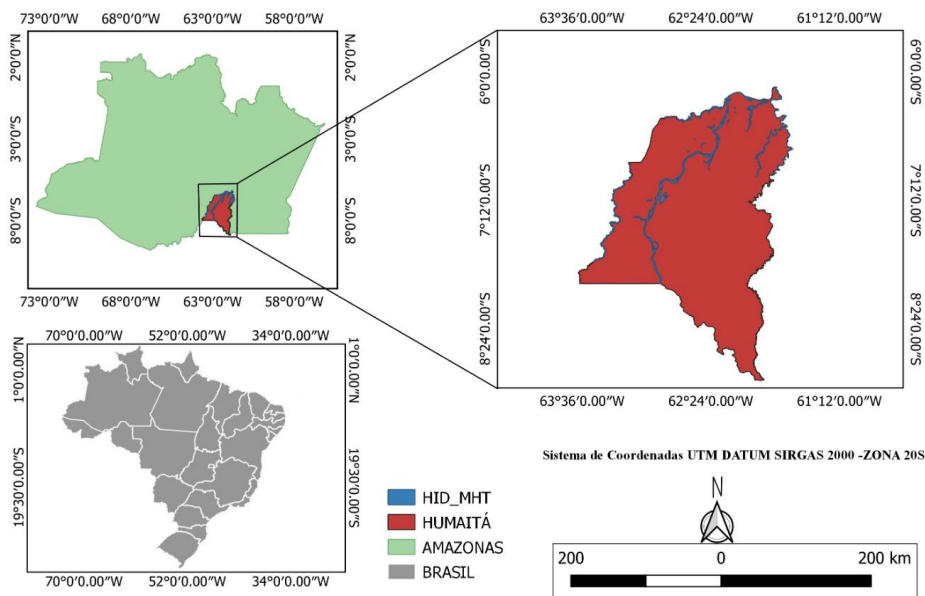
### **3.1. Área De Estudo**

O estudo foi realizado no município de Humaitá Amazonas. O município possui uma área territorial total de 33.111,129 Km<sup>2</sup> (IBGE 2025), e população estimada de 62.312 pessoas. O município Humaitá Amazonas de (07°30'22"S 63°01'15"W), fica situada no entroncamento entre as rodovias Transamazônica e [Manaus-Porto Velho](#), Humaitá é banhada pelo [Rio Madeira](#), sendo uma das principais cidades da hidrovia homônima. A cidade faz parte também do chamado "Arco Norte Amazônico" e Borba (IBGE, 2025), (FIGURA 1).

**Figura 1:** Mapa de localização da área de estudo.



Mapa de Localização do Município de Humaitá - AM



Fonte: Autores, 2025.

### 3.2. Metodologia

A pesquisa, de natureza qualitativa, teve como objetivo entrevistar pessoas negras por meio da aplicação de um questionário composto por 11 perguntas, abordando dados pessoais e aspectos relacionados às experiências vivenciadas em seu cotidiano relacionadas ao racismo. Ao todo, foram entrevistados sete participantes sendo cinco homens e duas mulheres aos quais foi assegurado um ambiente acolhedor e tranquilo, de modo a permitir respostas espontâneas e livres de pressões externas.

## 3 RESULTADOS

Após a coleta os dados foram separados e organizados através de planilhas eletrônicas (EXCEL), após a separação dos dados foi criado a tabela apresentada a seguir:



**Tabela 01:** Questionário das questões 1, 2, 3, 4, 5, 10 e 11.

Entrevistados	Bairro	Cor da pele	Tempo que mora em Humaitá	Sempre morou no mesmo lugar?	Conhece a Lei ante racismo?	Conhece uma pessoa racista?
1	São Cristóvão	Negro	11 anos	Não	Sim	Sim
2	Nossa Senhora do Carmo	Negro	38 anos	Sim	Não	Sim
3	São Cristóvão	Negra	28 anos	Não	Sim	Sim
4	Nova Esperança	Negro	36 anos	Sim	Sim	Sim
5	Divino pranto	Negro	1 ano	Sim	Não	Sim
6	São Domingos Sávio	Negra	4 meses	Sim	Sim	Sim
7	São Pedro	Negro	3 meses	Sim	Não	Sim

Fonte: Autores, 2025.

#### 4.1. Analisando As Situações De Racismo No Cotidiano

Os entrevistados foram enumerados de 1 a 7, ficando identificados dessa forma nas respostas a seguir. Aqui selecionamos as perguntas que possuía relatos com maior argumento, sendo as questões 6, 7, 8 e 9, sendo comentados os relatos dos mesmos.

##### 4.1.1. Racismo Cotidiano

De acordo com a análise apresentada por Kilomba (2019), o racismo cotidiano não se manifesta de forma abstrata, mas em episódios específicos, que ocorrem em contextos determinados, com objetivos próprios e a participação de atores sociais distintos. Ao reunir essas ocorrências, é possível perceber não só a variedade das formas pelas quais o racismo se apresenta, mas também sua persistência contínua na vida das pessoas negras. Essa perspectiva evidencia que o racismo não é um fato isolado ou pontual, mas uma presença sistemática que estrutura relações sociais e impacta subjetividades de maneira profunda.

**Questão 6:** Quais as situações de preconceito que já vivenciou?





#### 4.1.2. Racismo Recreativo

Segundo Araújo 2022, o humor é frequentemente utilizado para promover descontração em atividades recreativas populares no Brasil, ainda que muitos se recusem a reconhecer essas manifestações como ofensas de cunho racial. Esse tipo de comportamento evidencia como o racismo pode ser naturalizado por meio de práticas aparentemente inofensivas, que mascaram a violência simbólica presente nas interações sociais cotidianas, como retratado nas falas dos entrevistados 1 e 2 a seguir:

**Entrevistado 1:** *“Várias, mas particularmente não ligo. Geralmente a galera me chama de loirinho, algodão e por aí vai.”*

**Entrevistado 2:** *“Tanto já vivenciei quanto já sofri. Já vivenciei situações de amigos meus em trabalho e no tempo da escola também. Eu também já sofri racismo jogando futebol, em supermercados, lojas, não a pessoa falando palavras racistas, mas pelo simples olhar da pessoa pra gente que tem cor diferente, já é racismo e isso é muito ruim. Certa vez em uma partida de futebol eu sofri racismo daí eu abandonei a partida e fui pra delegacia registrar o boletim de ocorrência.”*

#### 4.1.3. Racismo Contra Doméstica Negra

A figura da empregada doméstica representa segundo Gonzales 1984 uma continuidade do papel da mucama na sociedade contemporânea, sendo vista como alguém destinada a servir, a carregar o peso das necessidades da própria família e da dos outros. Essa função, por estar inserida no cotidiano, não é exaltada, mas naturalizada, reforçando estigmas sobre as mulheres negras. Mesmo aquelas que alcançam escolarização e ascensão social continuam sendo alvo de discriminação, pois a ideia de "boa aparência", presente em exigências profissionais, ainda se refere a um padrão branco, o que evidencia a persistência do racismo estrutural e estético. A seguir temos relatos da entrevistada 3 que exemplificam situações semelhantes:

**Entrevistada 3:** *“Trabalhei na vila militar por um tempo e lá sofri racismo diversas vezes. Quando eu chegava na casa para prestar o serviço, logo percebia um estranhamento por parte dos patrões quando viam que eu era negra. Trabalhei na casa de uma Tenente que me deixava com fome. Certa vez participei de um evento bastante conhecido aqui em Humaitá, onde fui convidada pela minha patroa que é uma das organizadoras do evento, para ajudar a servir o lanche. Eu fiz questão de ir bem arrumada. Quando uma determinada pessoa me viu no local me perguntou admirada: “Nossa, você aqui?”, e eu respondi: “sim, eu aqui. Porque, por algum acaso eu não posso estar aqui? Porque eu sou pobre, porque sou preta?”. A pessoa ficou desajeitada com a minha reação. E eu continuei dizendo que estava lá porque fui convidada pela organizadora do evento. Nesses tipos de evento, convidam geralmente pessoas ricas,*



*chiques e a maioria brancas. Eu acredito que com a dignidade que eu tenho, posso entrar em qualquer lugar. Sabe, trabalhando como doméstica e diarista passei por várias situações pelo fato de ser pobre e preta. Como por exemplo, acontece de deixarem dinheiro, joias bem a vista testando pra ver se eu iria pegar e assim terem motivos para me acusarem de roubo.”*

#### **4.1.4. Racismo Interpessoal**

Na situação a seguir o entrevistado 4 possui cargo de liderança e às vezes as pessoas não atendem as suas atribuições, tendo que repetir outras vezes:

**Entrevistado 4:** *“Muitas vezes me chamam de loirinho, sendo que sou negro e isso é preconceito pois é uma forma que as pessoas encontram de olhar pra gente de uma outra forma. Outra situação comum vivenciada por negros como eu que possuo cargo de liderança é muita das vezes precisarmos falar mais de uma vez para que nossas palavras sejam efetivadas. Dentro do cenário educacional existe muita falta de respeito contra a pessoa negra e umas das maiores características dessa falta de respeito são os olhares e a forma como somos abordados. Certa vez, na graduação, fui até a casa de um colega e a mãe dele era extremamente racista, detestava pessoas negras e eu não sabia. Eu dei boa tarde e ela não me respondeu, somente olhou e foi embora. Detalhe: ela trabalhava a muitos no cenário educacional e em cargo de gestão.”*

#### **4.1.5. Frustração**

O entrevistado 5 passou por um processo de frustração onde Kilomba (2019, p.236) diz que: “A frustração é o estado seguinte de ser, ou ter sido, recusada/o, iludida/o ou decepcionada/o.” Segue o relato:

**Entrevistado 5:** *“Certo dia me dirigi para cumprimentar um dos companheiros que eu considerava um dos meus melhores amigos que tinha, e ele me rejeitou, na sala de estudos. Isso me deixou muito triste.”*

#### **4.1.6. Discriminação**

A entrevistada 6 diz ter passado por situação de racismo através de discriminação, mas preferiu não entrar em detalhes:

**Entrevistada 6:** *“Discriminação.”*

#### **4.1.7. Capacitismo, Subestimação E Exclusão**

O entrevistado 7 a seguir, apresenta situações vivenciadas como capacitismo na suposição de incapacidade baseada em preconceitos, neste caso ligada à percepção equivocada da habilidade de usar um computador; discriminação por ser africano e negro,





evidenciada pela surpresa diante de ações simples que seriam vistas como normais caso fossem realizadas por pessoa branca; **subestimação** por criarem expectativas reduzidas em relação às capacidades da pessoa devido à sua origem e raça, e **exclusão** pelo tratamento frio ou indiferente na vizinhança, como não cumprimentar ou só falar quando estão precisando de algo:

**Entrevistado 7:** *“Em questões de capacitismo, quando pessoas se oferecem para fazer algumas atividades como por exemplo utilizar o computador, achando que não sou capaz por ser africano e negro. E também de subestimação por ficarem surpresas por eu estar fazendo algo, onde se no caso fosse u branco, não ficariam surpresas, achariam normal. E na vizinhança, notei que não nos cumprimentam, se dirigem a gente somente quando precisa de algo e falam de forma direta, sem saudar primeiramente. Se isso fosse no meu país, seria considerado falta de respeito.”*

**Questão 7:** Como você lida com o preconceito?

#### **4.1.8. Normatização**

Os entrevistados 1, 6 e 7 agem naturalmente diante das situações de racismo que enfrenta, dificultando assim o combate ao mesmo:

**Entrevistado 1:** *“Sempre com um sorriso no rosto porque se dermos ouvido ao preconceito nos tornamos igual a pessoa causadora do ato. Estaremos nos vitimizando na situação. Sempre que alguém fala “poxa você é preto” eu costumo brincar dizendo que é porque meus pais me fizeram de noite e estava sem energia”. Muitas das vezes palavras negativas que me são proferidas, servem como incentivo para mim.”*

**Entrevistado 6:** *“Tento ignorar, apesar de ficar pensativa.”*

**Entrevistado 7:** *“Com relação ao capacitismo que relatei anteriormente e que considero de certa forma “preconceito”, agradeço a ajuda que me oferecem.”*

#### **4.1.9. Reconhecimento**

O entrevistado 2 reconhece que o racismo é algo ruim e que causa sofrimento:

**Entrevistado 2:** *“É meio complicado pra quem sofreu o racismo. É chato, é triste. A gente lida, mas é difícil, é horrível, sem nem explicar a sensação.”*

#### **4.1.10. Defesa**

A entrevistada 3 diz se defender das situações de racismo:

**Entrevistada 3:** *“Eu fico triste porque eu não quero que ninguém me trate desse jeito. E hoje eu me defendo, não deixo ninguém me tratar mal.”*



#### 4.1.11. Passividade

O entrevistado 4 costuma ser passivo, muita das vezes tolerante diante das situações:

**Entrevistado 4:** *“Eu procuro não ligar. Já fui tão machucado. Mas claro, muita das vezes precisamos nos impor, todavia precisamos saber lidar com essas situações. Não importo o que pessoas racistas acham de mim, o que importa é o que eu sei e sou e me aceito.”*

#### 4.1.12. Inexistência

O entrevistado 5 acredita que o racismo pode não existir no mundo atual:

**Entrevistado 5:** *“Eu acredito que o racismo/preconceito não tem lugar no mundo na atualidade, pois nós africanos não temos essa atitude de discriminar alguém.”*

**Questão 8:** Você já sofreu racismo em situações de trabalho por causa da sua cor?

#### 4.1.13. Afirmação Sem Relatos

**Entrevistado 1:** *“Sim, bastante.”*

**Entrevistado 3:** *“Sim.”*

#### 4.1.14. Negação

Os entrevistados 2, 5, 6 e 7 negam ter sofrido racismo no âmbito do trabalho, sendo que esse é um palco em que ocorrem muitos acontecimentos de racismo no Brasil:

**Entrevistado 2:** *“Em ambiente de trabalho nunca.”*

**Entrevistado 5:** *“Não, nunca!”*

**Entrevistado 6:** *“Não.”*

**Entrevistado 7:** *“Não.”*

#### 4.1.15. Insulto Racial No Trabalho

O entrevistado 4 demonstra ter passado por situação de insulto racial, onde Guimarães (2002, p.171) aponta: “Mas que uma opinião negativa, portanto, o insulto, significa o rompimento de uma norma social.” Dessa forma segue o relato com linguagem ofensiva:

**Entrevistado 4:** *“Já aconteceu de uma pessoa dizer que não iria ficar perto de mim porque eu não contribuía com o psicológico dela. Eu respondi que tudo bem se o seu psicológico não estava bem, mas eu estava lá e iria continuar fazendo o meu trabalho daquela forma.”*

**Questão 9:** Como você se defendeu da situação de racismo?



#### 4.1.16. Não Houve

Entrevistados 2,5, 6 e 7 afirmaram não terem sofrido:

**Entrevistado 2:** *“Não sofri.”*

**Entrevistado 5:** *“Não sofri.”*

**Entrevistado 6:** *“Não tive.”*

**Entrevistado 7:** *“Não.”*

#### 4.1.17. Normatização

Entrevistado 1 age de forma natural diante das situações de racismo que sofre no cotidiano:

**Entrevistado 1:** *“De forma natural, com o sorriso no rosto e sempre valorizando a cor da minha pele.”*

#### 4.1.18. Combate

Os entrevistados 3 e 4 lutam em defesa de suas dignidades, identidades, prezando pelos seus direitos de igualdade e promovendo a valorização da diversidade cultural:

**Entrevistado 3:** *“Por muitas vezes eu só chorei, hoje bato de frente e me defendo seja onde for e com quem for, pergunto porque está me tratando dessa forma.”*

**Entrevistado 4:** *“Dependendo da situação não ligo, porém se for verbalizado eu procuro os meus direitos e inclusive já cheguei a registrar boletim de ocorrência na delegacia e a pessoa precisou se retratar e pedir desculpas para não se complicar ainda mais.”*

### 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente relatório conseguiu atender o seu objetivo proposto, fazendo – se muito necessário e significativo para a população em geral, pois abordou assuntos com tópicos sensíveis e necessários para uma desestruturação e proliferação da discriminação racial no município de estudo. A partir da análise das entrevistas realizadas, observa-se que o racismo continua sendo uma realidade presente na vida cotidiana de pessoas negras, manifestando-se de diferentes formas, como o racismo interpessoal, institucional, simbólico, recreativo, até mesmo o capacitismo entre outros. Embora alguns entrevistados relatem tentativas de lidar com as situações com leveza, bom humor ou resignação, muitos trazem relatos marcados por dor, indignação e a necessidade constante



de reafirmação da própria dignidade. É evidente que, mesmo em ambientes considerados formais ou "seguros", como o trabalho, a escola, universidade, o futebol ou a vizinhança, ainda persistem olhares julgadores, expressões de exclusão, surpresa pela presença do corpo negro e tentativas veladas de deslegitimação. Além disso, a naturalização dessas atitudes reforça a normatização do racismo, o que dificulta sua denúncia e enfrentamento. Apesar do sofrimento relatado, nota-se também posturas de resistência, como a defesa dos próprios direitos, o enfrentamento verbal de situações discriminatórias e o fortalecimento da autoestima racial. Alguns entrevistados demonstraram consciência crítica e coragem ao denunciar, reagir ou educar os outros sobre o valor da diversidade racial e o respeito às diferenças. Assim, as entrevistas revelam não apenas as múltiplas formas de manifestação do racismo, mas também diferentes estratégias individuais de enfrentamento, resistência e superação, que devem ser reconhecidas como formas de luta contra um sistema historicamente excludente.

## 6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACSELRAD, Henri. Justiça ambiental e cidadania. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004.

ALMEIDA, Silvio Luiz de. Racismo estrutural. São Paulo: Pólen, 2019.

CARNEIRO, Sueli. Escritos de uma vida. São Paulo: Companhia das Letras, 2023.

ARAÚJO, Clecio Leonardo Mendes. A toxicidade do racismo recreativo em forma de brincadeira. *ABPN – Anais Brasileiros de Psicanálise e Neuropsicanálise*, v. site, n. 1353, maio 2025. Disponível em: [abpn.emnuvens.com.br/site/article/view/1353/1378](http://abpn.emnuvens.com.br/site/article/view/1353/1378). Acesso em: 14 maio 2025

CUNHA, Manuela Carneiro da (Org.). História dos índios no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

DAVIS, Angela. Mulheres, raça e classe. São Paulo: Boitempo, 2016.

ENTREVISTADO 1, Entrevista realizada em Humaitá Am, 2025.

ENTREVISTADO 2, Entrevista realizada em Humaitá Am, 2025.

ENTREVISTADA 3, Entrevista realizada em Humaitá Am, 2025.

ENTREVISTADO 4, Entrevista realizada em Humaitá Am, 2025.

ENTREVISTADO 5, Entrevista realizada em Humaitá Am, 2025.



ENTREVISTADA 6, Entrevista realizada em Humaitá Am, 2025.

ENTREVISTADO 7, Entrevista realizada em Humaitá Am, 2025.

FREYRE, Gilberto. Casa-Grande & Senzala. 48. ed. São Paulo: Global, 2003.

GONZALEZ, Lélia. Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. *Revista Ciências Sociais Hoje*, v. 2, n. 1, p. 223–244, 1984. Disponível em: [https://abpn.org.br/wp-content/uploads/2021/08/Lelia-Gonzalez\\_Racismo-e-sexismo-na-cultura-brasileira.pdf](https://abpn.org.br/wp-content/uploads/2021/08/Lelia-Gonzalez_Racismo-e-sexismo-na-cultura-brasileira.pdf). Acesso em: 21 jun. 2025.

GOMES, Nilma Lino. Educação para a diversidade: o desafio das práticas pedagógicas no cotidiano escolar. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. *Classes, raças e democracia*. São Paulo: Editora 34, 2002. 231 p.

HASENBALG, Carlos. Discriminação e desigualdades raciais no Brasil. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA – IPEA. Desigualdades sociais por cor ou raça no Brasil: 1995–2019. Brasília: IPEA, 2020.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA – IPEA. Atlas da Violência 2023. Brasília: IPEA, 2023. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br>. Acesso em: 12 jun. 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. Censo demográfico 2022: população por cor ou raça. Rio de Janeiro: IBGE, 2023. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br>. >Acesso em: 12 jun. 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE Humaitá. 2025. Disponível em: [cidades.ibge.gov.br/brasil/am/humaita/panorama](https://cidades.ibge.gov.br/brasil/am/humaita/panorama) >Acesso em 24/06/2025.

JACCOUD, Luciana (Org.). A construção de uma política de promoção da igualdade racial: uma análise dos últimos 20 anos. Brasília: IPEA, 2009.

KILOMBA, Grada. Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano. Tradução de Jess Oliveira. 1. ed. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019. 244 p. ISBN 978-85-5591-080-7.

LEI Nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei nº 9.394/1996 para incluir no currículo oficial a obrigatoriedade do ensino da História e Cultura Afro-Brasileira. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, ano CXL, n. 7, p. 1, 10 jan. 2003.



LEI Nº 11.645, de 10 de março de 2008. Altera a Lei nº 9.394/1996 para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e cultura afro-brasileira e indígena". Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, ano CXLV, n. 48, p. 1, 11 mar. 2008.

NASCIMENTO, Abdias do. O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado. São Paulo: Perspectiva, 2016.

NASCIMENTO, Edson Lopes Cardoso (Org.). Racismo no Brasil: percepções da discriminação e do preconceito racial no século XXI. Brasília: UNB, 2014.

PAIXÃO, Marcelo; ROSSETTO, Rafael. A cor da desigualdade: raça, classe e política pública no Brasil. São Paulo: Pallas, 2011.

PETRUCCELLI, José Luis. Retrato das desigualdades raciais no Brasil. Brasília: IPEA, 2008.

PINHO, Osmundo. A produção da afrodescendência: movimentos negros e políticas públicas. Salvador: EDUFBA, 2009.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. A globalização da natureza e a natureza da globalização. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

RIBEIRO, Djamila. O que é lugar de fala? Belo Horizonte: Letramento, 2017.

SOUZA, Jessé. A elite do atraso: da escravidão à Lava Jato. São Paulo: Leya, 2017.

SOUZA, Joselina da Silva. Racismo institucional e segurança pública no Brasil. Revista Brasileira de Segurança Pública, São Paulo, v. 12, n. 2, p. 10–29, jul./ago. 2018.  
Disponível em: <https://www.rbsp.org.br>. Acesso em: 12 jun. 2025.